

A FORMAÇÃO DO PSICOLOGO¹

Maria Lucia Boarini*

A psicologia enquanto profissão (regulamentada em 1962) é ainda uma debutante se comparada a outras profissões como, por exemplo, a profissão de Leiloeiro (regulamentada em 1932). Porém não vamos aqui nos deter nesta cronologia, mas com este preâmbulo pretendemos chamar atenção para um fato histórico importante que pontuaremos a seguir. Se a profissão de psicólogo é algo relativamente novo em solo brasileiro, o mesmo não se pode afirmar no que tange a ciência psicológica que já conta com, aproximadamente, um século e meio, a considerar os registros históricos e a literatura existente. Neste particular e sem levar em consideração o período colonial, há que se destacar que foram os médicos, principalmente, que estimularam e popularizaram a ciência psicológica no Brasil. Fato igualmente importante a ser observado é que das várias correntes da psicologia que foram introduzidas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a vertente da psicometria foi a privilegiada. Diante das necessidades do Brasil da época e do nacionalismo exacerbado que se observava nos países em geral, a avaliação psicológica é reconhecida pelos médicos como uma importante aliada no trabalho de classificar a população, de acordo com suas aptidões e habilidades cognitivas, e desta forma contribuir na transformação do Brasil em uma grande Nação. Esta idéia é absorvida e potencializada pelos integrantes da Liga Brasileira de Higiene Mental cuja fundação aconteceu em 1925, no Rio de Janeiro. Através desta agremiação a psicometria ocupou um importante espaço no cenário científico no Brasil. Os testes psicológicos foram utilizados para avaliar e classificar os alunos nas escolas, os integrantes do exército brasileiro, os operários das indústrias e daí por diante além de amplamente divulgados através dos Arquivos

Brasileiros de Higiene Mental, sobretudo os números correspondentes ao período de 1925 a 1939, aproximadamente. Para a aplicação destes testes psicológicos eram preparadas professoras do ensino primário (atual Ensino Fundamental), que após esta capacitação passavam a denominar-se “psicologistas” e como tal responsáveis pela aplicação e interpretação dos testes psicológicos, sob a supervisão médica. É obvio que estas poucas informações se constituem apenas em uma caricatura sobre o percurso realizado pela ciência psicológica, no Brasil. Mas, talvez, já nos permite vislumbrar o embrião da profissão de psicólogo que vai se consolidar com o funcionamento do primeiro curso de psicologia, no Brasil, em 1958² na Universidade de São Paulo e na seqüência vamos ter a regulamentação da profissão, através da Lei 4119 de 1962. Porém, nestas décadas transcorridas “muita água rolou embaixo da ponte” como diz a sabedoria popular. Os tempos eram outros e “os perigos” na verdadeira acepção da palavra, também. O (agora) profissional psicólogo deve exercer suas atividades em uma sociedade que ainda sofria os rebatimentos de duas grandes guerras mundiais e o Brasil (tal como outros países da América Latina) viveria nas próximas duas décadas árdios e terríveis “anos de chumbo” sob o patrocínio da ditadura militar. É a partir deste período que João Leite Ferreira Neto desenvolve suas reflexões e críticas que no seu conjunto tomou a forma do livro intitulado “A formação do psicólogo – clínica, social e mercado”. Tomando como ponto de partida de seu estudo o final dos 70 e início dos anos 80 do século XX, quando, no Brasil, vai acontecendo à distensão do regime militar, João Leite tem como finalidade “a construção de um diagnóstico do presente no campo da formação do psicólogo brasileiro”. Adota como sua principal orientação

¹ Ferreira Neto, J. L. (2004). *A formação do psicólogo: clínica, social e mercado*. São Paulo: Escuta.

* Doutora. Docente do departamento de Psicologia e dos programas de pós-graduação em Psicologia e em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

² Em 1957, a lei nº. 3.862 de 26 de maio, cria o Curso de Psicologia que inicia seu funcionamento na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo em 1958.

teórica metodológica os estudos de Michel Foucault e sublinha que não se propõe com seu diagnóstico apenas uma constatação, mas aposta na intensificação das mudanças “numa perspectiva ético-política a partir de um olhar mais discriminado do sentido que a recente variedade de práticas psicológicas comporta.”. Seu diagnóstico do presente no que tange a formação do psicólogo, parte da análise de um perigo que ronda os anos 70 do século XX: a desconexão entre a formação e a atuação dos psicólogos no contexto social brasileiro. Em outras palavras, João Leite enfatiza o perigo que se põe nesta época e que vem se fortalecendo nestas últimas décadas. E aqui o autor se refere a presença imanente dos parâmetros de mercado como eixo regulamentador da formação e atuação. Com esta inspiração teórica e através de uma rigorosa garimpagem de estudos já realizados sobre este tema, João Leite circunscreve sua atenção no campo da clássica psicologia clínica que se sustenta em um modelo específico de atuação, liberal e privado, cujo enfoque teórico e técnico privilegia o indivíduo e a sua particularidade. Instigado pelas provocações produzidas pelos contínuos e crescentes questionamentos que esta formação profissional vem recebendo por parte da própria categoria, João Leite justifica esta delimitação pelo fato de que é nesta área que historicamente se concentrou a maior carga horária curricular nos cursos de graduação. Com este norte e num estilo de escrita claro, portanto de fácil leitura, o autor vai entremeando suas análises críticas sobre o percurso da formação do psicólogo brasileiro, nestas últimas décadas. Dentre as várias questões que João Leite traz ao debate destaca duas delas que, a meu juízo, se constituem o ponto forte deste trabalho. A primeira delas diz respeito à conexão entre as práticas “psi”, os dispositivos de produção de subjetividades e os movimentos históricos. O autor aponta a ruptura artificial que o universo “psi” fazia (ou ainda faz?) com o contexto sócio histórico até a década de 1980, que na época foi classificada pelo sociólogo José Augusto Guilhon Albuquerque como sendo uma reivindicação equivocada, por parte dos psicoterapeutas de uma “extraterritorialidade social” de sua prática. É importante que o psicólogo esteja preparado para atender além das “demandas artificiais” (demanda escolar, grupos específicos para cada queixa

etc.), assumindo plenamente as conseqüências ético-políticas de sua atuação. Esta questão passou a ser alvo de questionamento e revisão por parte de vários segmentos sociais e profissionais, com destaque para setores universitários, setores do campo da psicologia social e setores extra-universitários, que passaram a problematizar com ênfase o contexto social da clínica e o compromisso social da psicologia em nosso País. Com o avanço parcial dessa discussão, surge uma segunda questão referente a novos perigos: a submissão cada vez maior da formação às normas de mercado, com a incorporação da categoria empresarial da “flexibilidade” da formação e atuação profissional para todo tipo de demanda. Como afirma João Leite “uma atuação que não toma a demanda como objeto de trabalho crítico, presta um desserviço à psicologia enquanto profissão”. E aqui vamos nos aproximando do que afirmei anteriormente como um dos pontos altos deste estudo: a crítica às instituições de formação profissional cujo tecnicismo visa atender a um imediatismo mercadológico e impossibilita ao profissional “articular o como-fazer ao por-que-fazer” como afirma o autor. Na recuperação da história, nas primeiras décadas do século XX os médicos higienistas tinham por conta de razões econômicas e políticas o projeto para preparar “psicologistas” cuja única função era esquadrihar aptidões, intelectos e habilidades. Pergunto: será que estas mesmas razões continuam vivas? Parece que as respostas a estas e tantas outras questões do gênero não estão sendo pensadas principalmente no interior das universidades e como o autor coloca os questionamentos e “as resistências ganham fôlego no segmento extra-universitário da formação”, tal como nos Conselhos da categoria, por exemplo. E nesta sintonia (ou na falta dela) a universidade vai abandonando espaços que historicamente ocupou nas sociedades democráticas. Enfim, João Leite nos proporciona com esta obra uma reflexão instigante, atual e muito oportuna, diga-se de passagem.

Recebido em 08/03/2007

Aceito em 31/03/2007

Endereço para correspondência: Maria Lucia Boarini. Universidade Estadual de Maringá, departamento de Psicologia, Av. Colombo, 5790. CEP 87020-900, Maringá-PR. *E-mail:* mlboarini@uol.com.br.